

O cuidado das pessoas trans por profissionais do Sistema Único de Saúde na perspectiva de acadêmiques de Enfermagem

Mayara Paulina Barbosa da Silva¹, Sanderson Mendes do Nascimento², Betânia da Mata Ribeiro Gomes³, Jael Maria de Aquino⁴, Kelly Cristina do Nascimento⁵

Resumo

A Mandala dos Saberes é um projeto que tem como intuito dar vez e voz às pessoas nos assuntos importantes para a evolução social, com base na Educação Popular em Saúde. Este trabalho baseou-se na perspectiva que estudantes de enfermagem têm acerca do cuidado das pessoas trans por profissionais do Sistema Único de Saúde. A aplicação da Mandala dos Saberes foi realizada com seis participantes do gênero feminino e um do gênero masculino, na faixa etária de 20 a 57 anos. Esse evento ocorreu na Faculdade de Enfermagem da Universidade de Pernambuco, em Recife. A Mandala dos Saberes possui oito pilares e a aplicação deles consiste em dispor os pilares sobre um tecido circular no chão, posicionando as pessoas como mediadoras/facilitadoras e as participantes ao redor. Além dos pilares, foram dispostos imagens e textos acerca da temática proposta: o cuidado das pessoas trans por profissionais do Sistema Único de Saúde na perspectiva de acadêmiques de enfermagem. Por fim, estudantes apontaram que há a necessidade de na graduação terem estágios e aulas a respeito da temática e uma formação pautada na promoção da humanização para os profissionais da saúde.

Palavras-chave

Educação em Saúde. Identidade de Gênero. Sistema Único de Saúde.⁶

¹ Graduanda em Enfermagem na Universidade de Pernambuco, Brasil; membro do projeto de extensão “Mandala dos Saberes”. E-mail: mayara.paulina@upe.br.

² Graduando em Enfermagem na Universidade de Pernambuco, Brasil. E-mail: sanderson.nascimento@upe.br.

³ Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora associada da Universidade de Pernambuco, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa em Estudos e Pesquisas Enfermagem na Promoção à Saúde de Populações Vulneráveis (GEPEV). E-mail: betania.mata@upe.br.

⁴ Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; professora livre docente da Universidade de Pernambuco, Brasil; vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas de Enfermagem na Promoção à Saúde de Populações Vulneráveis (GEPEV). E-mail: jael.aquino@upe.br.

⁵ Doutoranda em Enfermagem pela Universidade de Pernambuco, Brasil; professora no Programa de Pós-graduação em Saúde Mental da Universidade Estadual de Ciências da Saúde, Alagoas, Brasil. E-mail: kellykcn@gmail.com.

⁶ Será utilizado, sempre que possível, a linguagem não binária, como o uso de artigos neutros e gêneros indicados com a letra “e”.

The care of trans people by the National Health Service professionals from the perspective of nursing students

Mayara Paulina Barbosa da Silva⁷, Sanderson Mendes do Nascimento⁸, Betânia da Mata Ribeiro Gomes⁹, Jael Maria de Aquino¹⁰, Kelly Cristina do Nascimento¹¹

Abstract

Mandala dos Saberes is a project that aims to give people a voice in matters that are important for its social evolution, based on Popular Education in Health. This work was inspired by the perspective of nursing students regarding the care of transgender people by healthcare professionals within the Unified Health System. The application of Mandala dos Saberes involved six female participants and one male, aged between 20 and 57 years. This event took place at the Faculty of Nursing of the University of Pernambuco, in Recife, State of Pernambuco, Brazil. The Mandala dos Saberes has eight pillars, and its application consists of placing the pillars on a circular fabric on the floor, with the mediators/facilitators and the participants around them. In addition to the pillars, images, and texts on the proposed theme were displayed: the care of transgender people by professionals of the Unified Health System, from the perspective of a nursing academic. Finally, these students emphasized the need for undergraduate courses to include internships, and classes focused on this subject, along with training based on promoting humanization for health professionals.

Keywords

Health Education. Gender Identity. Unified Health System.

⁷ Undergraduated student in Nursing, University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; member of the “Mandala dos Saberes” extension project. E-mail: mayara.paulina@upe.br.

⁸ Undergraduated student in Nursing, University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: sanderson.nascimento@upe.br.

⁹ PhD in Nursing, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; associate professor at the University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; leader of the Research Group on Nursing Studies and Research in Health Promotion of Vulnerable Populations (GEPEV). E-mail: betania.mata@upe.br.

¹⁰ PhD in Psychiatric Nursing, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; post-doctoral internship at the Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; deputy leader of the Nursing Study and Research Group on Health Promotion for Vulnerable Populations (GEPEV). E-mail: jael.aquino@upe.br.

¹¹ PhD student in Nursing, University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; professor in the Postgraduate Program in Mental Health at the State University of Health Sciences, State of Alagoas, Brazil. E-mail: kellykcn@gmail.com.

Introdução

A Mandala dos Saberes é um projeto de extensão que tem como objetivo debater com a sociedade, de forma geral, assuntos do interesse dela, com base na educação popular em saúde. O presente relato teve como intuito discutir com integrantes presentes acerca do acesso à saúde da comunidade trans nos serviços de saúde públicos, saber o nível do conhecimento da problemática da comunidade participante e desmistificar preceitos que poderiam advir.

Nesse sentido, visando a proteger a saúde integral da população de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e que performatizem outras identidades (LGBT+), foi instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde LGBT+, por meio da Portaria nº 2.836/2011. Esse documento visa a garantir para esses grupos o direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição brasileira. Sua finalidade é de estabelecer diretrizes com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde dessa população, atendendo as necessidades e especificidades dela durante o atendimento médico e hospitalar, além de disseminar uma política de saúde pública sem preconceito ou discriminação, valorizando a humanização na promoção, na proteção, na atenção e no cuidado à saúde. Nesse viés, a Política de Saúde LGBT+ articula um conjunto de ações e programas, que constituem medidas concretas a serem implementadas, em todas as esferas de gestão do SUS, particularmente nas secretarias estaduais e municipais de saúde. Esse processo de implementação deve ser acompanhado, cotidianamente, pelos respectivos conselhos de saúde e apoiado, de forma permanente, pela sociedade civil (Brasil, 2013).

Uma grande parte de travestis e transexuais no Brasil vive em situação de vulnerabilidade constante, principalmente no que diz respeito à segurança e à saúde física e mental. Em relação à segurança, são alarmantes os índices de violência e assassinatos sofridos por essa população todos os dias. Um exemplo dessa violência foi o ataque contra Roberta, uma mulher trans, de 32 anos, que vivia em situação de rua na cidade do Recife, e que veio a óbito no dia 24 de junho de 2021, após um adolescente jogar álcool e atear fogo no corpo dela. Esse caso, noticiado pelos jornais da cidade, não é único. Consoante aos dados obtidos a partir do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, dos 4.639 assassinatos registrados pela Organização Não Governamental Transgender Europe, entre 2008 e setembro de 2022, 1.741 ocorreram no Brasil. Em outras palavras, o país concentra 37,5% das mortes de pessoas trans do mundo, à medida que México contabiliza 649 (14%) e o EUA 375 (8%), no mesmo período (Benevides, 2023). O preconceito e a exclusão contra indivíduos trans são uma realidade profunda e global, integrando um ciclo duradouro de opressão que compromete

nossos direitos fundamentais. Pessoas trans em todas as regiões do mundo sofrem uma violência odiosa, que engloba humilhações, ataques físicos, abusos sexuais e homicídios. A maioria dos países não coleta dados de maneira consistente acerca da violência contra pessoas trans, tornando impossível calcular com precisão o número de ocorrências (Benevides, 2021). A violência psicológica ou a violência física às quais estão sujeitas são naturalizadas no imaginário social, construídas por interpretações do que representa ser travesti e transexual, e são amplamente difundidas sobre o preconceito e a discriminação que ocorre (Silva, 2016).

Um ponto importante para ser discutido são as experiências negativas que essa população sofre com profissionais de saúde, já que a comunidade trans é considerada mais exigente, devido às normativas ainda não serem integralmente acolhidas no cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde. Portanto, em algumas instituições é presente o estigma, a discriminação, a falta de respeito em relação ao nome social, a desvalorização e a falta de humanização; através desses fatores, transparece que a equipe multidisciplinar não tem suporte, experiência e bioética para dar uma assistência respeitosamente (Silva *et al.*, 2022).

Em vista disso, Sampaio, Souza e Fernandes (2019) relatam que, apesar da não proximidade dos profissionais em relação a essa população, muitos possuem a vontade, a partir do aprendizado, de aproximar esse cuidado. Entretanto, demonstram que não basta apenas cognição, pois ela somente não é capaz de alterar os fatos, mas precisa de meios que visem à real modificação da vivência dessas minorias sociais, garantindo a efetivação da lei e das normas do SUS. Como consequência desse preconceito envolvido no atendimento médico/hospitalar, é notório observar a alta prevalência do HIV, da sífilis, da gonorreia e de outras infecções sexualmente transmissíveis e agravos pelo uso de silicone industrial, administração e uso de hormônios femininos e masculinos por conta própria, muitas vezes sem prescrição médica, entre travestis e pessoas trans. Acerca da saúde mental, são frequentemente observados quadros de depressão, bipolaridade, Borderline, ideação e tentativa de suicídio, e uso de drogas psicoativas nessa população (Monteiro; Brigeiro; Barbosa, 2019).

O estigma e a discriminação sexual têm sido apontados como importantes obstáculos ao acesso aos serviços de prevenção e cuidados de saúde pela população trans. Discutir com discentes as relações que envolvem a saúde e as pessoas trans e travestis exige uma reflexão sobre os efeitos práticos tanto no cotidiano das instituições como na experiência imediata dos sujeitos (Rocon *et al.*, 2020). Diante disso, escolheu-se o relato de experiência como metodologia, pois ele desempenha um papel crucial na estratégia de fomento à conscientização dentro de uma visão voltada para a emancipação (Cunha, 1997), visto que o relato é feito ao observar a experiência a partir da perspectiva da pessoa que está fazendo a pesquisa, dentro de

um determinado contexto cultural e histórico (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

Dessa forma, para construir o presente relato, é fundamental explorar certas teorias delineadas nos segmentos que embasam a importância do relato e explicar o conceito do projeto Mandala dos Saberes e o envolvimento dele com a educação popular em saúde (EPS). Após a exposição dos conceitos, expor o relato dos participantes, seguido das ponderações finais do trabalho. No que concerne aos aspectos éticos do trabalho, é relevante salientar que não foi requerida a aprovação por parte de um Comitê de Ética, pois o escopo envolve um relato de experiência.

Referencial teórico

Ayres (2004) considera de extrema importância, ao abordar a produção relacionada ao cuidado, a integração de abordagens teóricas e práticas que conectem os cuidados prestados individualmente a abordagens que considerem a dimensão social e sanitária. Seja ao considerar diagnósticos situacionais, planejar ações e supervisionar processos e resultados associados a problemas de saúde específicos ou circunstâncias de grupos demográficos específicos, seja ao analisar a estruturação de serviços e a implementação de tecnologias para respostas sanitárias em um contexto mais amplo, uma perspectiva sociossanitária está intrinsecamente ligada às abordagens de reestruturação do cuidado. Assim, o cuidado efetivo com indivíduos está interligado ao cuidado com as populações; da mesma forma, uma saúde pública genuína depende da atenção a cada um de seus componentes.

Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2022) apontam que, no Brasil, as portarias e leis do SUS asseguram o direito à saúde das pessoas trans e travestis, incluindo o nome social, a hormonoterapia, a terapia psicológica, além dos processos cirúrgicos, como a mastectomia, a cirurgia plástica e a cirurgia de redesignação sexual. Contudo, esses processos transexualizadores não são as únicas necessidades de saúde das pessoas transgênero: elas também necessitam de um cuidado integral que, por sua vez, deve ser prestado por profissionais com preparação devida para uma atenção à diversidade humana.

Diante do exposto, Ferreira *et al.* (2017) entrevistaram seis pessoas transgênero a fim de compreender as vivências delas acerca da atenção à saúde no SUS. Elas mencionaram que sofreram discriminação, se sentiram subestimadas, excluídas e que lhes foi negado o acesso à saúde. Enfatizaram que as pessoas trans são estigmatizadas e vivenciam preconceito no cotidiano de saúde, como se tivessem menos direitos, ferindo assim o princípio da universalidade do acesso à saúde defendido pelo SUS.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017), em pesquisa realizada com 15 pessoas trans, observaram nesses indivíduos fortes sentimentos de tristeza e de angústia frente à discriminação vivenciada nos serviços de saúde, levando-os a evitar a utilização dos equipamentos e serviços, refletindo na piora de suas condições de saúde. Em razão da falta de acolhimento, muitos transgêneros abandonam os tratamentos em andamento, gerando mais resistência na busca por cuidados em saúde, quando necessários. Essa pesquisa ainda apontou situações de preconceito vivenciadas, como discriminação com base no tom de voz apresentado, a não utilização do nome social nos serviços de saúde e situações de violência por meio de chacotas, humilhação, discriminação, dentre outras.

Caminhos metodológicos

A Mandala dos Saberes constitui um projeto que visa a dialogar com a comunidade, de maneira abrangente, acerca de temas pertinentes aos seus interesses, fundamentando-se na abordagem da educação popular em saúde, por meio de círculos de cultura (Dantas; Linhares, 2014). Como proposta pedagógica, essas ações visam a ampliar o cuidado em saúde de forma democrática e emancipatória, buscando uma educação abrangente que favoreça a igualdade na interação entre educador e educando, estimulando a discussão e formando uma rede de conhecimentos.

Dessa forma, a Mandala dos Saberes possui oito pilares, que seguem dispostos em ordem: ancestral, presente, intuitivo, espiritual, cultural, histórico, humano e popular. O pilar ancestral busca representar a ideia de como os antepassados da pessoa pensam acerca daquela temática. O presente procura retratar como o indivíduo se vê na atualidade em meio ao assunto proposto. O intuitivo simboliza os sentimentos/emoções do ser humano. O espiritual perpassa na questão da espiritualidade de cada pessoa e como ela pode interferir na sua visão de mundo a respeito daquele conteúdo. O pilar cultural caracteriza-se pela cultura da pessoa e como refletirá nas ações dela no tocante ao tema apresentado. O histórico está ligado à história de vida do indivíduo, à infância e a como a criação pode influenciar no que tange a questão em vigor. O humano e o popular estão conectados, enquanto o humano está associado a quem de fato é aquele indivíduo. O popular se refere a quem as pessoas acham que ele seja.

Ademais, para a realização da Mandala, é necessário dispor os pilares sobre um tecido circular de cor vibrante, para que seja chamativo, posicionado no chão. Imprime-se textos e imagens acerca da temática proposta, nesse caso: o cuidado das pessoas trans por profissionais do SUS na perspectiva de acadêmique de Enfermagem. É fundamental que possua pessoas

mediadoras/facilitadoras para guiar a ação e explicar como funciona e que os participantes fiquem ao redor, para uma boa visualização da Mandala. Além disso, é essencial que a execução desse projeto não tenha um grande quantitativo de pessoas, visto que é necessário que cada integrante consiga falar, além de debater uns com os outros o tema sugerido, de modo que cada pessoa profira sobre cada pilar por vez, seguindo a sequência.

Figura 1 – Mesa exposta com imagens e textos



Fonte: Os autores (2023).

Mandala dos Saberes e a Educação Popular em Saúde

Iniciada por Paulo Freire, a utilização dos círculos de cultura na educação popular impulsiona a integração da teoria com a prática, dando destaque a indivíduos historicamente negligenciados no âmbito da geração de conhecimento e engajamento político. Entre suas abordagens participativas e provocativas, merecem ênfase as discussões em grupo, que de maneira equitativa estimulam os debates e a construção de saberes ancorados na cultura popular. Uma característica proeminente é a colaboração desde a concepção inicial entre os envolvidos, aumentando a visibilidade das ações e práticas de EPS, conectando-as às esferas de gestão, cuidado e formação na área da saúde (Brasil, 2012).

Os princípios político-pedagógicos da EPS fundamentam-se na promoção da vida como estratégia para mobilização social, visando transformar o cotidiano. Essa abordagem questiona a realidade ao atuar como um mecanismo de análise crítica das situações enfrentadas, viabilizando a construção de significados para a existência e fomentando o desejo de tomar ação em prol de mudanças nos contextos considerados essenciais. A EPS facilita a ligação entre os profissionais de saúde e a população, reduzindo a separação entre a assistência e o cuidado, entre a unidade de saúde e as famílias da região (Borges, 2022). Nessa perspectiva, a educação

popular em saúde tem como objetivo estimular a liderança dos movimentos sociais e dos indivíduos que utilizam o SUS, estabelecendo ações de educação para defender o acesso à saúde. Visa assegurar que a comunidade participe no desenvolvimento de estratégias de saúde por meio de conselhos e movimentos populares (Brasil, 2012). Diante disso, Paulo Freire aborda a educação como um processo de despertar da consciência, uma análise minuciosa da realidade circundante, por meio da conexão entre diferentes linguagens e suas respectivas formas de conhecimento. Isso destaca os pontos a serem questionados em conjunto, estimula a troca de ideias e cria uma teia de significados (Brasil, 2013). Por isso, o envolvimento da sociedade é fundamental na elaboração de abordagens inovadoras e, sobretudo, na melhoria da prestação de cuidados de saúde e de outros serviços afins.

O processo de educação em saúde ultrapassa a mera transmissão de informações; envolve a partilha de tempo e esforço. Somente ao se conscientizar das disparidades em saúde é que as comunidades vão se mobilizar para supervisionar a implementação das políticas. Esse cenário de descontentamento contínuo impulsiona os profissionais a explorar alternativas e buscar novas resoluções. Este é um dos motivos preponderantes para o surgimento do movimento de EPS, sua expansão e sua consolidação enquanto movimento social (Fernandes, 2017). Sendo assim, o projeto Mandala dos Saberes, fundamentado na abordagem da educação popular em saúde, tem como propósito maior implementar ações educativas que defendam o acesso à saúde, dando enfoque sempre às pessoas que ao longo da história foram frequentemente marginalizadas, a partir do estabelecimento do diálogo abrangente com a população. Essa iniciativa busca de maneira contínua promover uma educação que fomente a equidade na interação, incentivando debates e construindo uma teia de saberes.

Resultados e Discussão

Os resultados serão expostos à medida que a discussão progredir, respaldados pela análise dos pilares, cujo propósito é estimular o diálogo entre os participantes, com a finalidade de extrair conclusões pertinentes baseadas na experiência individual de cada um.

Primeiro pilar: O ancestral

Para iniciar a mandala, a mediadora responsável pela condução da atividade fez a leitura dos textos e das imagens para instigar os integrantes à reflexão. Após esse momento, deu início ao primeiro pilar, questionando como os participantes observavam o acesso, atendimento e

acolhimento à saúde em relação às pessoas transgênero no passado.

Por meio desse questionamento, os participantes chegaram à conclusão e relataram que, em períodos mais antigos, o acesso hospitalar de qualidade era uma utopia para um grande percentual da comunidade trans. Além de haver uma maior exclusão dessas pessoas dentro do sistema de saúde por meio da discriminação. Houve, também, um paralelo entre a realidade antiga e a atual, por meio do qual salientaram que, apesar de uma evolução na democratização do acesso à saúde para as pessoas trans no Brasil, essa discriminação sofrida por elas ainda é um entrave atualmente.

Segundo pilar: O presente

Foi questionado acerca de como as pessoas participantes da mandala visualizavam a situação das pessoas trans dentro dos hospitais no atual contexto social do Brasil. Houve um consenso nas ideias apresentadas neste pilar acerca do sofrimento das pessoas trans dentro do sistema hospitalar. Os integrantes salientaram que, apesar da obrigatoriedade da utilização do nome social, dentro do SUS, implementada por meio da Carta dos Direitos dos Usuários, em 2009, a prática ainda é utópica. Os participantes citaram, como exemplo, o caso ocorrido em 2022, que virou notícia nos jornais, após a equipe de um hospital particular de Fortaleza negar o uso do nome social a uma mulher trans. Diante do exemplo citado, apontaram que nos dias de hoje ainda há uma banalização da identidade de gênero, atrelada a outros tipos de discriminações, ocasionando o descumprimento da universalidade, um dos princípios do SUS, que tem como base o acesso igualitário para toda a população brasileira.

Além disso, devido à negação a uma grande parcela da comunidade trans em receber auxílio hospitalar, resultante dos diversos tipos de discriminações sofridos, ocorre a negligência de um segundo princípio do SUS, a equidade, o qual destaca que deve ser fornecido um atendimento hospitalar proporcional às necessidades do paciente, ou seja, fornecer mais recursos para quem precisa de mais recursos. Com a impossibilidade de utilização do atendimento hospitalar em razão dos preconceitos sofridos, pacientes transexuais optam por buscar tratamento por meio de outros recursos, como por exemplo a automedicação.

Terceiro pilar: O intuitivo

A facilitadora pergunta à roda: qual a intuição de vocês, alunas do curso de enfermagem, sobre como as pessoas transexuais se sentem quando estão indo para uma consulta hospitalar?

Nesse pilar, observou-se por meio das imagens colocadas na mandala que, por intermédio do processo de transformação corporal das pessoas trans, há um maior sentimento de feminilidade ou masculinidade, que culmina com a atribuição do nome social. No entanto, lamentavelmente muitos profissionais de saúde desconsideraram a importância dessa nomeação, insistindo em considerar apenas o nome da certidão de nascimento. Com isso, há o sentimento de constrangimento de grande parte das pessoas trans quando necessitam do auxílio hospitalar, além disso, há o medo relacionado à rejeição de alguns profissionais em realizar exames específicos para determinados gêneros, como o papanicolau (exame ginecológico para detectar alterações no colo do útero). Ao recorrer aos serviços de saúde, provavelmente reverbera nas pessoas trans a forma como serão acolhidas e tratadas.

Quarto pilar: O espiritual

Nesse pilar, es alunes foram incentivadas a expressar suas opiniões sobre como a dimensão espiritual dos profissionais de enfermagem poderia impactar o acesso à saúde das pessoas trans no contexto brasileiro.

Por meio da discussão, houve a conclusão de que alguns profissionais da saúde falham no cuidado das pessoas trans, em decorrência dos dogmas e preconceitos trazidos pela religiosidade e espiritualidade. Isso ocorre porque algumas religiões demonizam a transsexualidade, considerando-a um grave pecado, como se fosse uma questão de escolha. A utilização da religião de forma errônea traz como consequência a discriminação da pessoa trans e implica no não cumprimento das éticas impostas pela profissão.

Quinto pilar: O cultural

No pilar intitulado O cultural, es alunes foram indagadas a respeito de suas próprias culturas e se as práticas culturais poderiam ser utilizadas para fundamentar atos discriminatórios. Além disso, explorou-se a possível existência de uma cultura antiga dentro dos meios hospitalares que disseminam tal ação.

Houve o consentimento de que a questão cultural não serve como justificativa para amenizar uma discriminação que pode acabar com a vida dessas pessoas, uma vez que somos seres humanos capazes de transcender nas nossas ideologias, ou seja, somos indivíduos capazes de nos adaptar a novas realidades. Além disso, destacou-se que há uma cultura do inesperado

dentro do sistema hospitalar, na qual se observa profissionais despreparados para lidar com o que não se espera, como situações que envolvem a diversidade de pessoas. Tal fato se deve, em grande parte, à ausência de disciplinas curriculares nas universidades que discutam a temática e que preparem os profissionais para essa realidade. Assim, tem-se cada vez mais profissionais no comando do sistema de saúde brasileiro que banalizam o sofrimento das pessoas trans.

Sexto pilar: O histórico

Por meio do componente O histórico e das representações visuais contidas na mandala, a facilitadora instigou a reflexão acerca da relação prévia de cada aluno com indivíduos transgêneros. Durante essa etapa, os participantes compartilharam exemplificações de experiências de pessoas trans que lhes eram familiares, expondo também os desafios que tais indivíduos enfrentam no contexto hospitalar e na assistência médica primária.

O grupo relatou que as pessoas trans, na sua vulnerabilidade, lidam com o preconceito, o desrespeito e a falta de assistência diariamente nas unidades hospitalares, seja por meio da negação de um recurso ou tratamento específico para um determinado sexo ou pela discriminação do nome social. Salientou-se a importância de se entender que não existem exames e produtos específicos para gêneros, mas há exames e recursos para pessoas com o órgão genital feminino ou masculino, por exemplo, a camisinha para pessoas com vagina.

Sétimo pilar: O Humano

Ao abordar o penúltimo pilar, a mediadora questionou os estudantes sobre a perspectiva que eles detinham em relação à autopercepção da população trans no atual contexto social em que vivem.

Por meio desse pilar, os estudantes ressaltaram que na sociedade atual, marcada por preconceitos, a população trans enfrenta desafios significativos ao se enxergar. Muitas vezes, é forçada a lutar pela sua identidade de gênero, enfrentando estigmatização e discriminação. No entanto, apesar das adversidades, muitas pessoas trans têm desenvolvido uma autoimagem resiliente e orgulhosa, buscando aceitação e reconhecimento, tanto de si mesmas quanto da sociedade, como parte essencial do mosaico diverso que compõe nossa humanidade. A jornada de autodescoberta e autocompreensão é um ato de coragem que merece respeito e apoio em uma sociedade mais inclusiva e justa.

Oitavo pilar: O Popular

A facilitadora questionou os estudantes sobre qual era a visão que eles tinham acerca de como a população brasileira enxerga as pessoas trans no atual contexto social.

Por intermédio desse pilar, foi construído que esses indivíduos são enxergados como invisíveis, na maior parte do tempo. Além disso, enfatizam que o preconceito existe nos lares, quando as famílias os excluem, quando sofrem *bullying* nos bairros, nas escolas, nas igrejas e nas universidades, quando não possuem acolhimento nos serviços de saúde ou quando são rotulados como “indivíduos da prostituição”, e estigmatizadas por serem consideradas “portadores de IST”. Um fato presente na sociedade brasileira é que as pessoas muito religiosas, em consequência desse fanatismo, criam uma demonização das pessoas trans como pecadoras, por exemplo. São pessoas que possuem os seus direitos negados em função da ignorância e do preconceito de outros indivíduos. Direitos estes que estão regulamentados nas leis e normas brasileiras de Direitos Humanos, como o acesso à saúde. No momento em que essas pessoas preferem se automedicar a pedir auxílio hospitalar em decorrência da discriminação, algo muito grave está acontecendo e precisa ser corrigido.

Nesse sentido, Rocon *et al.* (2016) ressaltam os muitos relatos de indignação e tristeza surgidos devido às dificuldades enfrentadas ao buscar ou receber atendimento em serviços de saúde. A falta de respeito ao nome social, a discriminação contra pessoas trans e travestis nos serviços de saúde, bem como a abordagem patologizante no processo de transexualização surgem como obstáculos significativos para alcançar um acesso universal, integral e equitativo à assistência médica. O SUS tem o potencial de se tornar um instrumento crucial para promover a cidadania das pessoas trans ao efetivar o acesso universal, superando as barreiras existentes. Entretanto, Paiva *et al.* (2023) afirmam que quando elas se deparam com inúmeras barreiras para acessar os serviços de saúde convencionais, muitas vezes, preferem buscar alternativas menos seguras para obter os cuidados necessários.

Diante do exposto, Geisler, Reis e Sperlin (2013) salientam que, para além de ser um princípio organizativo que busca proporcionar uma cobertura abrangente às necessidades de saúde da pessoa, deve-se expandir o conceito de integralidade para abarcar a ideia de abrangência. Essa perspectiva de cuidado abrangente enfatiza a centralidade da pessoa e a dinâmica biopsicossocial dela na compreensão dos fatores que contribuíram para seu adoecimento, bem como nas estratégias de reabilitação, prevenção de recorrências e promoção da saúde comunitária. Em outras palavras, a abrangência reconhece e considera as diversas culturas, conhecimentos e atores sociais envolvidos no complexo processo de saúde e doença.

Desse modo, Raimondi (2016) afirma que ponderar o corpo, não unicamente como um fato natural, e a relação dele com as práticas de saúde, com base na noção de corpos que são ou não são valorizados na prática médica, é essencial para reexaminar a educação acadêmica e, por conseguinte, a elaboração de conhecimentos que leve em consideração a singularidade dos indivíduos e a abrangência do cuidado em saúde.

Considerações finais

A Mandala dos Saberes, com o objetivo de dar vez e voz à sociedade em assuntos de interesse dela, é uma ferramenta importante para a evolução social, por meio dos oito pilares voltados para a EPS.

Em contato com a EPS, foi possível debater com estudantes universitários os entraves que a população trans vivencia para ter acesso digno à saúde, mesmo sendo um direito assegurado por lei a todos os brasileiros. O preconceito, cujas raízes estão profundamente arraigadas na religião, exerce significativa influência no descumprimento da lei.

No Brasil, a intolerância afeta diretamente a vida das pessoas trans, gerando consequências irreversíveis, como o considerável número de violências físicas e psicológicas que sofrem e o alarmante número de mortes de trans e travestis. É importante salientar que, para além de toda violência, a população trans existe e resiste, lutando e buscando cada vez mais espaço e respeito na sociedade.

Ademais, verifica-se a escassez de publicações de trabalhos científicos direcionados a um estudo aprofundado acerca do cuidado com a saúde das pessoas transgênero. Observa-se, nesse sentido, que a formação profissional nas universidades ainda é uma realidade para poucos e que embora seja um lugar privilegiado de crítica e de produção de conhecimento científico há ainda mínimo interesse em se debruçar sobre a temática.

A falta de disciplinas curriculares específicas sobre o tema junto aos futuros profissionais da saúde é um fator que impacta negativamente no acolhimento e cuidado da população trans que ocorre aos hospitais.

Por fim, os estudantes apontaram soluções que reforçam a necessidade de na graduação terem estágios e aulas a respeito da temática e uma formação continuada pautada na promoção da humanização para os profissionais da saúde. Todos devem atender com dignidade e respeito ao nome social e às identidades de gênero das pessoas trans. As falas apontaram que se os profissionais de saúde continuarem utilizando em suas práticas o modelo ultrapassado de atenção à saúde biomédico e curativista, eles não serão capazes de responder às demandas em

saúde da população trans. Nesse sentido, os estudantes reforçam que o SUS deve atender a esse público de forma universal, integral, com justiça e participação social.

Convém ressaltar que o projeto supriu a finalidade de debater, refletir e desconstruir preceitos com os integrantes presentes em relação à temática, como também ajudou a construir um pensamento mais crítico e humanizado em relação à saúde da comunidade trans.

Acredita-se que gerar metodologias como a Mandala dos Saberes entre es universitárias permitirá construir diálogos LGBTQIA+ na formação desses futuros profissionais da saúde, que provocarão mudanças na realidade cotidiana dos serviços de saúde em favor da vida da população trans.

Referências

AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 16-29, 2004. DOI 10.1590/S0104-12902004000300003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nvGMcCJJmpSSRjsGLhH8fmh/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. **Caderno de Educação Popular em Saúde**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/documentos/caderno-de-educacao-popular-em-saude-volum-2>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: CNEPS, 2012. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/pneps-2012.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BORGES, D. C. *et al.* Círculo de cultura como estratégia de promoção da saúde: encontros entre educação popular e interdisciplinaridade. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 228-238, 2022. DOI 10.1590/0103-11042022E620. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bpfvCr34dVBxfVdggxxQLgPq/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CUNHA, M. I. Conta-me agora!: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 185-195, 1997. DOI 10.1590/rfe.v23i1-2.59596. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59596>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DANTAS, V. L.; LINHARES, A. M. B. Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. *In*: Ministério da Saúde. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. p. 73-80. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERNANDES, B. Educação popular em saúde: um diálogo da sociedade civil com os Postos de Saúde em Goiânia. **Tempus-Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 29-39, 2017. DOI 10.18569/tempus.v11i1.2358. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2358>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, B. O. *et al.* Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1.023-1.038, 2017. DOI 10.1590/S0103-73312017000400009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/TJ6GPsniqZRNjBSTgbXnXZ8d/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GEISLER, A. R. R.; REIS, V. L. M.; SPERLIN, S. Cidadania e democracia sanitária: refletindo sobre o direito à saúde da população “trans” numa perspectiva de integralidade. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 242-251, 2013. DOI 10.17566/ciads.v2i2.80. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/80>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 2019. DOI 10.1590/0102-311X00047119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRtVyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=pt#>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OLIVEIRA, P. H. L. *et al.* Itinerário terapêutico de pessoas transgênero: assistência despersonalizada e produtora de iniquidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2022. DOI 10.1590/S0103-73312022320209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/NGWFCJ3STWFmJpnVRKLqp5J/#>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PAIVA, C. R.; FARAH, B. F.; DUARTE, M. J. O. A rede de cuidados à saúde para a população transexual. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, 2023. DOI

10.1590/S0103-7331202333001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/LyTFNLCx5T7S76ZCJrMFWWk/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1.509-1.520, 2017. DOI 10.1590/1413-81232017225.32782016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJYLVy/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RAIMONDI, G. A. **Saúde da população “trans”**: uma revisão sistemática da produção teórica brasileira. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17764>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ROCON, P. C. *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2020. DOI 10.1590/1981-7746-sol00234. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2.517-2.526, 2016. DOI 10.1590/1413-81232015218.14362015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjyRzLqfd8vRD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SAMPAIO, A. F.; SOUZA, K. C. A.; FERNANDES, A. C. L. Trans.formando-se: a educação popular na construção de saberes sobre saúde da população trans. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 229-251, 2019. DOI 10.14393/rep-v18n22019-47100. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/47100>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, R. C. D. *et al.* Reflexões bioéticas sobre o acesso de transexuais à saúde pública. **Bioética**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 195-204, 2022. DOI 10.1590/1983-80422022301519PT. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/VVtRjLWt9RKbTQMhXs4Y5Zx/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, G. W. S. *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, 2016. DOI 10.1590/1983-1447.2016.02.56407. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/JdXmwrJfYcMvBBc5kb4qhjm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Submetido em 15 de abril de 2023.

Aprovado em 30 de setembro de 2023.